

Jornalismo Feminista: uma intersecção possível?¹

Luíza Buzzacaro BARCELLOS²

Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, RS

RESUMO

Este artigo apresenta uma discussão teórica e prática que surgiu a partir do desenvolvimento da dissertação “Não é ativismo, é jornalismo: o feminismo do Projeto Celina nas narrativas sobre violência de gênero”, defendida em 2021. O debate é centralizado em três eixos teóricos principais que dão os subsídios necessários para que possamos propor uma prática de jornalismo feminista: feminismo, gênero e a construção do campo jornalístico. A partir das reflexões conceituais identifiquei cinco aspectos da prática que podem ajudar na busca por um jornalismo feminista: definição da pauta, horizontalidade nas relações, visão macro dos acontecimentos, gênero como lente para enxergar os fenômenos e protagonismo das fontes.

PALAVRAS-CHAVE: Jornalismo; Feminismo; Gênero; Jornalismo Feminista.

Introdução

O feminismo, que é um movimento social, político e teórico que prevê a igualdade de gênero em todos os aspectos da vida, existe há, no mínimo, desde meados do século XVIII. Desde então muito se modificou, desde as pautas abordadas pelo movimento até as formas de se empreender essa luta. O fato é que, apesar de inúmeros avanços, as mulheres ainda se deparam, hoje, com batalhas que precisam travar rumo a tão desejada igualdade.

Em relação a representação política, por exemplo, enquanto, de acordo com os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (IBGE 2022), representamos mais da metade da população brasileira, no Parlamento as mulheres representam apenas 26,4% dos políticos eleitos. A baixa representatividade na política tem diferentes fatores, mas o principal deles está relacionado a sobrecarga doméstica das mulheres. Elas dedicam 150% mais tempo do que os homens para desempenhar as atividades da casa, tem licenças maternidade bem mais longas do que as dos homens, o que dá a elas uma responsabilidade maior no cuidado com os filhos desde o nascimento da criança.

¹ Trabalho apresentado no GP Teoria do Jornalismo, evento do 46º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, realizado de 4 a 8 de setembro de 2023.

² Jornalista pela ESPM-Sul e Mestre em Ciências da Comunicação pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos), e-mail: l.buzzacaro@yahoo.com.br.

Em relação ao acesso à educação, muito se avançou, mas apenas para as mulheres brancas: 23,5% das mulheres brancas acima de 25 anos concluíram o ensino superior, mas apenas 10,4% das mulheres pretas conseguiram o mesmo feito (IBGE, 2019). Em relação a remuneração, por exemplo, os homens recebem quase o dobro das mulheres ocupando, muitas vezes, posições semelhantes no mercado de trabalho – mas quando olhamos com o recorte de raça essas discrepâncias ficam ainda maiores.

O corpo das mulheres é outro aspecto em que ainda há muito o que se avançar. O aborto segue sendo um tabu, mesmo sendo o quinto maior causador de mortes maternas no Brasil (TV CÂMARA, 2014). Os métodos contraceptivos como as pílulas anticoncepcionais, apesar de terem sido um grande avanço para a liberdade sexual feminina, acabaram gerando uma nova camada na responsabilização da mulher em casos de gravidez indesejadas. A violência de gênero é outro fenômeno que segue presente na vida de milhares de mulheres, seja por meio da violência doméstica, do assédio, do estupro, do feminicídio ou da violência obstétrica (INSTITUTO PATRÍCIA GALVÃO, 2023). Todos estes aspectos indicam o poder que os homens e o Estado têm sobre o corpo das mulheres.

Esses dados são apenas alguns dos inúmeros recortes possíveis para ilustrar a desigualdade de gênero presente no Brasil, mas já são suficientes para justificar a importância da luta feminista não só nas ruas, por meio do ativismo, mas também em outras instituições sociais, como a mídia jornalística, que atua como uma instância pedagógica e que constrói um tipo de conhecimento social (Marcia VEIGA DA SILVA, 2014).

Portanto, o objetivo deste artigo é compartilhar algumas práticas que podem balizar a produção de um Jornalismo Feminista, considerando os conceitos de feminismo, gênero enquanto categoria teórico-epistemológica e os valores pertencentes a construção do campo jornalístico, além dos dados obtidos por meio da análise de narrativas do Projeto Celina e de entrevistas com as jornalistas pertencentes ao projeto no ano de 2020.

Feminismo e gênero: conceitos para a discussão

O conceito de feminismo pode divergir bastante entre as sujeitas, já que diversos contextos sociais, históricos e culturais, assim como as vivências e posicionamentos de cada mulher, podem interferir no que cada uma de nós entende como feminismo.

Independentemente das suas variadas correntes e “ondas”, preciso definir, aqui, a lente pela qual enxergo o termo feminismo.

Compreendo feminismo como um movimento político, social e teórico que engloba a luta pelo direito de todas, todes e todos (Marcia³ TIBURI, 2018), abrindo espaço para expressões de gênero⁴ e sexualidade além das premissas hegemônicas e convencionais, lutando, portanto, pela cidadania e dignidade de todas as pessoas e corpos que se distanciam deste modelo. É, portanto, uma potência transformadora (TIBURI, 2018) contra as desigualdades de gênero, raça, classe, sexualidade e tantos outros marcadores sociais, que questiona os jogos de poder incluídos na nossa vida e no nosso dia a dia.

Outro aspecto que merece atenção e que está relacionado a essa compreensão de feminismo é o conceito de gênero enquanto categoria teórico-epistemológica, elaborado por Alinne Bonetti (2012). Essa forma de entender o gênero nos permite compreender que ele é uma construção social perpassada pelas estruturas de poder, que não diz respeito apenas aos corpos, mas a todas as coisas do mundo. Ou seja, o gênero enquanto categoria teórico-epistemológica nos permite analisar não o sexo em si, mas tudo o que se construiu sobre eles e todas as assimetrias e desigualdades que se formam, a partir dessa construção, nas relações sociais.

Para trabalhar gênero nesta categoria é preciso, também, romper com a lógica binária que considera homens e mulheres (e masculino e feminino) em lados opostos. Isso quer dizer que as relações de poder são diversas e podem surgir entre homens e também entre mulheres, não somente entre homens e mulheres. Portanto, se demonstra necessária uma análise do gênero considerando as articulações de poder com outros marcadores sociais. Nesse sentido, é a interseccionalidade que nos dá os subsídios para compreendermos como funcionam essas articulações de poder entre os marcadores sociais.

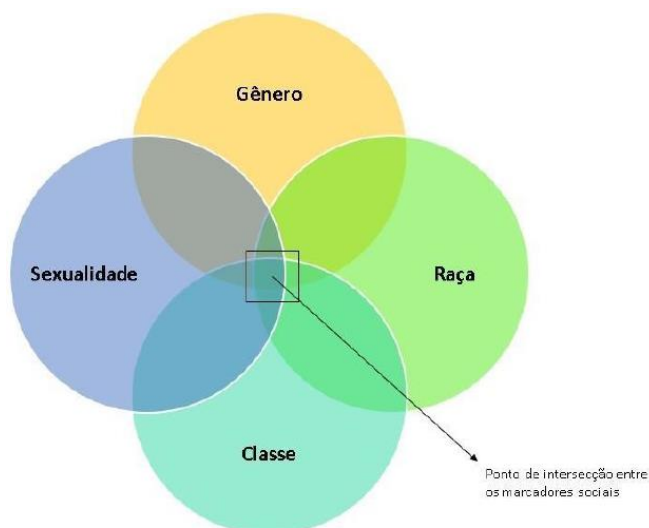
Kimberlé Crenshaw (2002) foi a primeira autora a empreender uma discussão sobre interseccionalidade no âmbito jurídico, conceito que rapidamente foi apropriado, também, pela discussão feminista. Segundo a autora (2002, p. 10), “a interseccionalidade

³ Utilizo os prenomes de mulheres toda a vez que uma autora é citada a primeira vez no trabalho acadêmico como forma de visibilizar a presença de vozes femininas na construção do saber e da ciência.

⁴ Importante lembrar que gênero não é uma categoria universal, estável (Ochy CURIEL, 2019) ou autoexplicativa (Chandra MOHANTY, 2017)

sugere que, na verdade, nem sempre lidamos com grupos distintos de pessoas e sim com grupos sobrepostos”, conforme mostra a Figura 1.

Figura 1 – Interseccionalidade



Fonte: Elaborado pela autora (2021). Adaptação de Crenshaw (2022, p. 10).

Conforme ilustrado na Figura 1, os marcadores sociais de gênero, raça, classe e sexualidade são opressões que ocorrem de forma sobreposta, articulada e mútua. No centro do gráfico está o(a) sujeito(a) mais distante da identidade hegemônica e dominante (masculina, heterossexual, branca e de alto poder aquisitivo).

Hoje o feminismo interseccional é, talvez, a corrente mais popular, seja entre ativistas ou entre pesquisadoras, e está relacionada, também, com o que algumas autoras denominam como a “quarta onda” do feminismo, na qual houve a ascensão do feminismo decolonial e a crítica a centralidade do movimento nas prioridades das mulheres brancas, a procura por maior horizontalidade nas relações e nas lideranças, o uso do corpo como linguagem e plataforma de expressão, a necessidade de autonomia e voz para todas as experiências femininas e por último, mas não menos importante, a proliferação da internet, plataformas digitais e dispositivos móveis que trazem um teor comunicacional multiplicador e de alto alcance para as pautas do movimento (Heloisa Buarque de HOLLANDA; Cristiane COSTA, 2018).

Todos estes tópicos fizeram com que as feministas criassem e aprimorassem seus próprios espaços de comunicação, a fim de tornar públicas as suas pautas, e, com a

velocidade do mundo digital, também passaram a cobrar por um espaço nos meios de comunicação hegemônicos.

Houve muitos avanços nesse sentido: portais de notícias feministas foram multiplicados e as próprias mulheres, de forma individualizada, passaram a veicular sobre suas vivências, nas redes sociais, por exemplo (Ana Carolina ESCOSTEGUY, 2019; HOLLANDA; COSTA, 2018). Ao mesmo tempo, foram sendo criados espaços dentro dos próprios conglomerados de comunicação, como é o caso do Projeto Celina, do Jornal O Globo. Mas, ao mesmo tempo em que esse espaço e protagonismo foi sendo concedido às mulheres, talvez com objetivos mais comerciais do que sociais propriamente ditos, o discurso jornalístico em suas editorias tradicionais continuava a ser marcadamente machista, para se dizer o mínimo.

Ou seja, para atender a uma demanda da sociedade se criam espaços dentro dos jornais para se falar sobre gênero, mulheres e diversidade, mas nos outros espaços, os de maior prestígio, a prática segue a mesma: mulheres sendo narradas a partir de um viés masculinista e desigual. O que me interessa pensar, portanto, não é sobre a criação de novos espaços comunicacionais, mas a reformulação do jornalismo em si, enquanto prática profissional que preza pelo interesse público. Tendo isso posto, centrarei a discussão agora na formação do campo jornalístico, seus valores e premissas profissionais.

Jornalismo, ciência e objetividade

Quando nos deparamos com a criação do campo jornalístico e com os valores que permeiam a prática até hoje, conseguimos entender – ou ao menos ter algumas pistas – do porquê a prática profissional ainda é feita por meio de ferramentas que colocam as mulheres, negros, indígenas, LGBTQs e pobres à margem das suas narrativas e notícias, e, com isso, à margem da própria sociedade. Houve uma grande mudança do tom profissional que concebeu a formatação de fazer jornalístico que conhecemos hoje – e é isso que conduzirá a discussão aqui.

Os primeiros escritos que se enquadram dentro do conceito de jornalismo aos quais temos contato eram representados por uma imprensa completamente opinativa, literária e partidária (SODRÉ, 1999) que tinha como principal objetivo orientar os seus leitores a respeito dos principais acontecimentos recentes (Marialva BARBOSA, 2007). Mas, na década de 1960, o modelo capitalista passava a vigorar em boa parte do mundo

e, seguindo a tendência de outros setores do mercado, a imprensa passou a ser vista e estruturada como uma empresa jornalística com fins lucrativos bem estabelecidos (SODRÉ, 1999) e, nesse sentido, criaram-se regras para que a notícia (assim como qualquer outro produto do mercado capitalista) pudesse seguir um padrão, com técnicas de produção (PENA, 2005). É nesse momento em que os fatos passam a ter mais importância do que as opiniões, e os jornais passam a cumprir com um certo “contrato” com o leitor que busca, a partir de então, consumir informações livres de qualquer juízo de valor, ou seja, tidas como imparciais. É também essa mudança impulsionada pelo capitalismo que molda os principais valores pertencentes a profissão.

Importante lembrar que, como bem nos explica Veiga da Silva (2014; 2015), o jornalismo é um tipo de conhecimento social, calcado em uma pretensa divulgação dos fatos, da “vida como ela é”, e atua como uma instância pedagógica, que influi no cotidiano e na cultura, construindo realidades a partir desses valores tão caros para a profissão: verdade, imparcialidade e credibilidade. Para alcançar esses valores, jornalistas se formam e se moldam no dia a dia das redações para atender a um critério de produção: a objetividade jornalística - inspirada no conceito de objetividade da ciência, que usa das mesmas técnicas para produzir um conhecimento livre de julgamentos. Como ressalta Traquina (2005, p. 138), “com a ideologia da objetividade os jornalistas substituíram uma fé simples nos fatos por uma fidelidade às regras e aos procedimentos criados para um mundo no qual até os fatos eram postos em causa”.

Essa objetividade é, em suma, uma estratégia argumentativa usada para construir efeitos de realidade, dando a impressão de que não há mediação entre os fatos e os jornalistas que os narram (MOTTA, 2010), seja durante a construção da pauta, quando fontes relativas aos “dois” lados da história são evocadas ou na escrita da própria notícia, que é estruturada de acordo com o *lead*, de forma normalmente cronológica e com linguagem que, supostamente, está protegida do juízo de valor dos próprios jornalistas.

[...] a forma como as notícias são construídas está perpassada por convenções sociais (de gênero, de classe, de raça, de sexualidade, etc.) e também por determinadas noções metodológicas, epistemológicas e paradigmáticas reconhecidas como legítimas para a produção de um conhecimento validado, como se propõe a ser o saber da ciência e também, em certo grau, o do jornalismo [...] Nas bases da objetividade, imparcialidade e universalidade comum a ambas as formas de conhecer estão impressos vieses de pensamento que delineiam as possibilidades de apreensão da realidade que, especialmente no caso do jornalismo, acabam por reproduzir sem questionamentos os valores hegemônicos na cultura (VEIGA DA SILVA, 2015, p. 23).

A objetividade, portanto, é fruto de uma singularidade do fato jornalístico, de uma complexa operação subjetiva, nunca considerada de forma isolada, mas sim em relação aos contextos sociais e históricos em que o acontecimento (e a pessoa que o narra) está inscrito (VEIGA DA SILVA, 2015). Como lembram Miguel e Flávia Biroli (2010, p. 66), “qualquer discurso, inclusive o midiático, é um discurso situado e marcado por uma rede complexa de relações”.

A verdade é que, assim como a ciência, o discurso jornalístico é situado num lugar comum, pertencente a um sujeito hegemônico, que é representado por um homem branco, ocidental, burguês e heterossexual (Rita SEGATO, 2012), pois, como bem percebe Veiga da Silva (2015, p. 221), “os valores normativos do Ocidente estariam em um lugar de maior legitimidade – seriam conceitos e não preconceitos”. Ou seja, esse tipo de conhecimento ocidental é visto como dado, como estabelecido, como a “verdade”, portanto o seu lugar de produção não é questionado⁵. A pretensa objetividade, nesse sentido, atua a serviço desse tipo de conhecimento ocidental, branco, burguês e heterossexual.

Mesmo que seja assentada em uma estrutura repleta de métodos e técnicas baseados em verificação de provas, essa noção de objetividade científica transferida para a prática jornalística costuma ser a responsável por transformar tudo aquilo que se distancia do sujeito hegemônico, diferente, subalterno e, em última instância, desigual (Fabiana MORAES; VEIGA DA SILVA, 2019).

A construção social que se estabelece entre masculino e feminino, para além dos corpos biológicos, incluindo todas as “coisas” do mundo, produz uma hierarquia que historicamente, em nossa cultura, tem feito com que o que se atribui ao masculino (e aos homens) acabe tendo um valor positivo, e aquilo que é construído como feminino (ou relativo às mulheres) acabe sendo feito de modo negativo (VEIGA DA SILVA, 2015, p. 163).

O campo jornalístico é permeado por diferentes práticas e valores que podemos considerar como masculinos, por isso é tão difícil propor coberturas e narrativas afeitas ao feminismo, mesmo quando são empreendidas por jornalistas mulheres que se afinam com a causa feminista ou mesmo quando a pauta é sobre as questões relativas a gênero, mulheres e diversidade. É nesse sentido que o entendimento de que a objetividade não é neutra traria mais possibilidades de diversidade no discurso jornalístico e mais

⁵ Algumas autoras chamam esse fenômeno de colonialidade do poder (QUIJANO, 2007 apud CURIEL, 2019) e do saber (LERMA, 2010).

potencialidade de haver uma aproximação com o movimento feminista. A partir dessa perspectiva, “as notícias não visariam explicar e dar a verdade para as pessoas (da forma simplificadora, como vêm sendo produzidas), mas ampliar as perspectivas pelas quais as pessoas possam questionar e pensar sobre as verdades” (VEIGA DA SILVA, 2015, p. 54).

Jornalismo feminista: indícios para a prática

Indo de encontro a todos estes tópicos conceituais, o que proponho neste trabalho é apresentar alguns indícios que poderiam balizar a prática jornalística feminista, inspirados nas pesquisas que venho desenvolvendo, desde a graduação, interseccionando as temáticas de jornalismo e gênero, mas, principalmente, após o desenvolvimento da minha dissertação, defendida em 2021 e intitulada “Não é ativismo, é jornalismo: o feminismo do Projeto Celina nas narrativas sobre violência de gênero”⁶, que contou com o cruzamento de dados obtidos a partir de cinco entrevistas realizadas com as jornalistas do Projeto e também com a análise da narrativa (MOTTA, 2017) de 27 notícias sobre violência de gênero veiculadas no primeiro ano de funcionamento de Celina.

Antes de apresentar esses indícios os quais formulei, é importante, antes disso, mencionar duas discussões teóricas que me ajudaram a chegar a uma definição de Jornalismo Feminista. A primeira delas é de Fabiana Moraes (2019a; 2019b) que propõe uma outra forma de pensar e de fazer jornalismo, em que objetividade e subjetividade não estão em polos opostos, mas sim em polos complementares. A autora defende esse conceito porque acredita que todo jornalista interpreta o mundo a partir do seu olhar e isso aparece nas notícias, mesmo que de forma não declarada. É, portanto, a proposta de um exercício ético onde o jornalista não se neutraliza, mas pensa nos limites e na potência da própria produção e engloba uma dimensão subjetiva que também é acionada a partir de um viés objetivo, com observações diretas ou indiretas, pesquisa bibliográfica, análise de dados, apuração rigorosa e etc.

A segunda discussão é baseada no conceito de objetividade feminista, teorizado por Donna Haraway (1995), que fala que esse tipo de objetividade feminista integra a subjetividade e sinaliza os significados possíveis a partir de uma visão que constrói interpretações, traduções e modos específicos de ver. “O feminismo tem a ver com uma

⁶ Disponível em: <<http://www.repositorio.jesuita.org.br/handle/UNISINOS/9760?show=full>>. Acesso em: 13 jul 2023.

visão crítica, consequente com um posicionamento crítico num espaço social não homogêneo e marcado pelo gênero. A tradução é sempre interpretativa, crítica e parcial" (HARAWAY, 1995, p. 31-32)

A autora ainda menciona que todo o tipo de saber que produzimos é um saber localizado no qual precisamos reconhecer o nosso lugar, o nosso corpo em relação ao objeto, assumindo a responsabilidade por todos os saberes que produzimos. Para Haraway, o que produz ciência e conhecimento é o posicionamento crítico, não a neutralidade.

Saberes localizados requerem que o objeto de conhecimento seja visto como um ator a agente, não como uma tela, ou um terreno, ou um recurso, e, finalmente, nunca como um escravo do senhor que encerra a dialética apenas na sua agência e em sua autoridade de conhecimento objetivo [...] De fato, levar em conta a agência dos objetos estudados é a única maneira de evitar erros grosseiros e conhecimentos equivocados de vários tipos nessas ciências (HARAWAY, 1995, p. 36).

Foi levando em consideração as práticas que permeiam o movimento feminista hoje e os aspectos estudados por Veiga da Silva, Moraes e também por Haraway é que cheguei ao seguinte conceito de Jornalismo Feminista: entendo que o jornalismo feminista reconhece a subjetividade e a alteridade como estratégias pertencentes a profissão. Não nega a objetividade, mas a entende como um posicionamento crítico de interpretação e tradução, na qual o objeto do conhecimento (ou das notícias) seja visto como ator e agente. Esse jornalismo também se apropriaria de uma maior horizontalidade, coletividade e o uso do corpo como principal linguagem política e plataforma de expressão, conferindo autonomia para experiências pessoais e subjetivas.

A partir da formulação deste conceito, portanto, e dos dados que analisei durante a dissertação de mestrado, cheguei as seguintes posturas que podem ser adotadas por profissionais que queiram praticar um jornalismo mais afeito ao feminismo:

- a) **Definição da pauta:** A pauta é, talvez, a ferramenta mais fácil – e também mais efetiva – para iniciar um jornalismo feminista. Elas partem, normalmente, da vivência e experiências das(os) próprias(os) jornalistas. Vemos pouca diversidade nas pautas porque as redações, geralmente, são pouco diversas. Neste aspecto, o desafio seria pensar além, propor pautas que abranjam as vivências que normalmente não tem espaço nem voz na mídia tradicional.
- b) **Horizontalidade nas relações:** Não só nos produtos jornalísticos em si é que podemos empreender posturas feministas, no dia a dia de trabalho também

podemos propor mudanças, principalmente no que tange as relações com colegas e chefias. Toda voz é válida, por isso é importante dar legitimidade para elas. Se tratando de gestão, uma postura que pode ser adotada é deixar que todos da equipe proponham pautas, fontes etc. independente do cargo hierárquico que essa ou esse profissional ocupe. Em contrapartida, pessoas que pertencem a cargos hierárquicos mais baixos, dentro de um contexto da redação, podem colocar suas vozes de forma mais posicionada e segura, mesmo que no início sejam repreendidas(os) por isso.

- c) **Visão macro dos acontecimentos:** O desafio para a prática de um jornalismo feminista é conseguir enxergar os fenômenos de uma forma mais ampla, tentando compreender as suas intersecções com outros âmbitos da vida cotidiana, não somente aquilo que vemos a olho nu, a narrativa óbvia. Construir uma narrativa que considere não só um, mas vários vieses, ajudaria a sociedade a construir um pensamento mais complexo e reflexivo sobre os fenômenos sociais veiculados em notícias e reportagens.
- d) **Gênero como lente para enxergar os fenômenos:** A perspectiva de gênero está em tudo, mas aprender a enxergá-lo como parte daquilo que explica os fenômenos ajudaria as(os) jornalistas, inclusive, a terem uma visão mais macro. Importante lembrar que não só o gênero influencia esses fenômenos, mas a partir do gênero também podemos ver os efeitos das intersecções com outros marcadores sociais.
- e) **Protagonismo das vozes, não dos dados:** Talvez o principal papel do jornalismo seja legitimar narrativas, dar voz, deixar que as fontes contem suas histórias e, dessa maneira, fazer com que os leitores/público reflitam sobre si e sobre os fenômenos em relação ao Outro. Quando há o protagonismo para os dados, os debates acabam sendo esvaziados, como se o simples número/estatística falasse por si só e já conferisse a credibilidade e o status de verdade que o jornalismo carece.

Considerando os tópicos elencados acima, acredito que conseguiríamos rever as práticas, os valores e as ferramentas que balizam a produção jornalística e, dessa forma, construir narrativas mais afeitas ao feminismo, reduzindo representações masculinistas (e permeadas pela desigualdade) das pessoas pertencentes a grupos subalternizados.

Considerações finais

A formação do campo jornalístico, em si, é permeada por diferentes valores masculinistas, hegemônicos e ocidentais, o que justifica, muitas vezes, a quantidade de notícias que circulam por meio dos veículos de comunicação, em seus diferentes formatos, que colocam os públicos perpassados pelos marcadores sociais como subalternos e desiguais. Não raro vemos, por exemplo, notícias sobre violência de gênero que tecem, de uma forma não declarada, julgamentos sobre a vida, condutas e passado das mulheres vítimas de violência como fatores pertinentes a narrativa, como se esses fatores tentassem, de alguma forma, justificar – e legitimar – a agressão, o assédio, o estupro sofrido.

Entendo que modificar os moldes nos quais um campo profissional e de conhecimento foi formado seja uma tarefa árdua e longa, mas acredito que pequenas mudanças podem ser adotadas de forma individual pelos jornalistas, no dia a dia, para que esses paradigmas comecem a ser quebrados.

Quando faço a crítica a objetividade jornalística, não estou tecendo uma crítica aos sujeitos jornalistas, mas sim aos valores estruturantes de um campo que tem tanta importância nas transformações sociais. Ao propor esse deslocamento do profissional jornalista para uma prática mais afeita a subjetividade e a alteridade, não vejo que o lugar do jornalista seria o de heroísmo nem o de protagonismo. Mas acredito, também, que é preciso prezar pelo não-apagamento dessa figura, para que consigamos enxergar a tradução do encontro Eu-Outro nos produtos jornalísticos que consumimos. Para isso, é necessário reconhecer a existência desse Eu, não universal, situado e limitado, nos termos de Donna Haraway.

É percorrendo esse caminho que confio que conseguiremos construir uma prática de Jornalismo Feminista – então, respondendo à pergunta que faço no título desse artigo, sim, é possível interseccionar essas duas áreas.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, M. **História cultural da Imprensa: Brasil 1900-2000**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

BONETTI, A. L. Gênero, poder e feminismos: as arapiracas pernambucas e os sentidos de gênero da política feminista. **Labrys**, Estudos Feministas, Jan-Jul 2012. Disponível em: <<https://www.labrys.net.br/labrys20/brasil/aline.htm>>. Acesso em: 14 jul 2020.

CRENSHAW, K. W. A interseccionalidade na discriminação de raça e gênero. In: VV.AA. **Cruzamento: raça e gênero**. Brasília: Unifem, 2002. Disponível em: <<http://www.acaoeducativa.org.br/fdh/wp-concept/uploads/2012/09/Kimberle-Crenshaw.pdf>>. Acesso em: 14 jul 2020.

CURIEL, O. Crítica pós-colonial a partir das práticas políticas do feminismo antirracista. **Revista de Teoria da História**, Universidade Federal de Goiás, v. 22, n. 2, dezembro de 2019.

ESCOSTEGUY, A. C. D. Mídia e questões de gênero no Brasil: pesquisa, categorias e feminismos. Trabalho apresentado ao Grupo de Trabalho Comunicação, Gênero e Sexualidades do **XXVIII Encontro Anual da Compós**, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre – RS, 11 a 14 de junho de 2019. Disponível em: <<https://proceedings.science/compos/compos-2019/trabalhos/midia-e-questoes-de-genero-no-basil-pesquisa-categorias-feminismo?lang=pt-br>>. Acesso em: 13 jul 2023.

HARAWAY, D. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, n.5, p. 7-41. Campinas: Unicamp, 1995. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1773>>. Acesso em: 14 jul 2020.

HOLLANDA, H. B.; COSTA, C. Rede. In: HOLLANDA, H. B. **Explosão feminista: arte, cultura, política e universidade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios, **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua**, 2012/2022.

IBGE, **Mulheres brasileiras na educação e no trabalho**. Disponível em: <<https://educa.ibge.gov.br/criancas/brasil/atualidades/20459-mulheres-brasileiras-na-educacao-e-no-trabalho.html>>. Acesso em: 15 ago 2023

INSTITUTO Patrícia Galvão. **Violência contra as mulheres em dados**. Disponível em: <<https://dossies.agenciapatriciagalvao.org.br/violencia-em-dados/>> Acesso em: 15 ago 2023.

LERMA, B. R. L. El feminismo no puede ser uno porque las mujeres somos diversas. Aportes a um feminismo negro decolonial desde la experiencia de las mujeres negras del Pacífico colombiano. **La manzana de la discordia**, v. 5, n. 2, p. 7-24, julio-diciembre 2010.

MIGUEL, L. F., BIROLI, F. A produção da imparcialidade. A construção do discurso universal a partir da perspectiva jornalística. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 25, n. 73, junho de 2010.

MOHANTY, C. T. Sob os olhos do Ocidente: estudos feministas e discursos coloniais. In: BRANDÃO, I.; CAVALCANTI, I.; COSTA, C. L.; LIMA, A. C. A. (orgs). **Traduções da Cultura: Perspectivas Críticas Feministas**. Florianópolis: EDUFAL, Editora da UFSC, 2017.

MORAES, F. Ativismo, isenção e subjetividade: sobre um jornalismo que ainda não ousa dizer os nomes. **SBPJor – Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo**, 17º Encontro Nacional, Universidade Federal de Goiás, Goiânia (GO), Novembro de 2019a.

MORAES, F. Subjetividade: ferramenta para um jornalismo mais íntegro e integral. **Extraprensa**, São Paulo, v. 12, n. 2, p. 204-219, jan-jun 2019b.

MORAES, F.; VEIGA DA SILVA, M. A objetividade jornalística tem raça e tem gênero: a subjetividade como estratégia descolonizadora. Trabalho apresentado ao Grupo de Trabalho Estudos em Jornalismo do **XXVIII Encontro Anual da Compós**, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre – RS, 11-14 de junho de 2019.

MOTTA, L. G. Análise pragmática da narrativa jornalística. In: LAGO, C.; BENETTI, M. (orgs). **Metodologia de pesquisa em jornalismo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

MOTTA, L. G. Análise pragmática da narrativa: Teoria da narrativa como teoria da ação comunicativa. In: SOSTER, D. A.; PICCININ, F. Q. **Narrativas midiáticas contemporâneas: perspectivas epistemológicas [recurso eletrônico]**. Santa Cruz do Sul: Catarse, 2017.

PENA, F. **Teoria do jornalismo**. São Paulo: Contexto, 2005.

SEGATO, R. L. Gênero e colonialidade: em busca de chaves de leitura e de um vocabulário estratégico descolonial, **e-cadernos CES** [online] 18 | 2012. Disponível em: <<https://journals.openedition.org/eces/1533>>. Acesso em: 20 fev 2021.

SODRÉ, N. W. **História da Imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

TIBURI, M. **Feminismo em comum: para todas, todes e todos**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018.

TRAQUINA, N. **Teorias do Jornalismo. Porque as notícias são como são**. Florianópolis: Insular, 2015.

TV CÂMARA. **Aborto é um dos principais causadores de mortes maternas no Brasil** (25/11/2014). Disponível em: <[https://www.camara.leg.br/tv/445740-aborto-e-um-dos-principais-causadores-de-mortes-maternas-no-brasil/#:~:text=O%20aborto%20%C3%A9%20o%20quinto,Geografia%20e%20Estat%C3%ADstica%20\(IBGE\).](https://www.camara.leg.br/tv/445740-aborto-e-um-dos-principais-causadores-de-mortes-maternas-no-brasil/#:~:text=O%20aborto%20%C3%A9%20o%20quinto,Geografia%20e%20Estat%C3%ADstica%20(IBGE).>)> Acesso em: 15 ago 2023.

VEIGA DA SILVA, M. **Masculino, o gênero do jornalismo: modos de produção das notícias**. Florianópolis: Insular, 2014.

VEIGA DA SILVA, M. Saberes para a profissão, sujeitos possíveis: um olhar sobre a formação universitária dos jornalistas e as implicações dos regimes de poder-saber nas possibilidades de encontro com a alteridade. **Tese (Doutorado em Comunicação e Informação)**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.